


INSTITUTO ALCIDES D' ANDRADE LIMA  
 CNPJ: 10.072.296/0001-00  
 BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO  
 PERÍODO DE 01 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2017

ATIVO

	2017	2016
<b>Circulante</b>	<b>31.660.826</b>	<b>37.912.890</b>
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 3c)</b>	<b>9.043.505</b>	<b>7.241.528</b>
Caixa	28.880	37.175
Banco C/Movimento - Recursos Sem Restrição	75.853	51.206
Banco C/Movimento - Recursos com Restrição	227	390
Aplicações Financeiras - Recursos Sem Restrição (Nota 3d)	7.515.838	5.128.589
Aplicações Financeiras - Recursos com Restrição (Nota 3e)	1.422.708	2.024.168
<b>Créditos a Receber</b>	<b>21.169.828</b>	<b>28.600.311</b>
Atendimentos Realizados (Nota 3f e 4)	18.187.209	26.066.203
Adiantamentos a Empregados	511.376	406.625
Adiantamentos a Fornecedores (Nota 5)	1.371.347	557.906
Tributos a Recuperar	264.939	346.763
Outras Contas a Receber (Nota 3g)	834.957	1.222.815
<b>Estoques</b>	<b>1.447.493</b>	<b>2.071.052</b>
Almoxarifado/Material de Expediente (Nota 3i)	1.447.493	2.071.052
<b>Não Circulante</b>	<b>31.053.932</b>	<b>15.754.461</b>
<b>Realizável a Longo Prazo</b>	<b>20.574.580</b>	<b>4.516.257</b>
Depósito Judicial	568.613	558.823
Créditos a Receber de Terceiros (Nota 3h e 6)	14.643.215	3.725.964
Empréstimos entre unidades	33.037	2.048
Outras Contas a Receber (Nota 7)	5.329.715	229.422
<b>Imobilizado (Nota 3j e 8)</b>	<b>10.447.129</b>	<b>11.223.737</b>
Bens sem Restrição	17.550.628	16.982.475
Bens com Restrição	3.556.595	2.913.127
( - ) Depreciação Acumulada	(10.660.094)	(8.671.864)
<b>Intangível (Nota 3k)</b>	<b>32.223</b>	<b>14.466</b>
Direitos de Uso de Softwares	177.033	145.280
( - ) Amortização Acumulada	(144.810)	(130.814)
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>62.714.758</b>	<b>53.667.351</b>

Bezerros, 31 de Dezembro de 2017

  
 José Leôncio de Carvalho Neto  
 Presidente

  
 Ana Rebeca de Morais Pereira  
 CRC PE nº 020440/O-5

INSTITUTO ALCIDES D' ANDRADE LIMA  
 CNPJ: 10.072.296/0001-00  
 BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO  
 PERÍODO DE 01 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2017

PASSIVO

	2017	2016
Circulante (Nota 3l)	22.997.420	15.391.779
Fornecedores de bens e serviços (Nota 3m e 9)	6.549.080	4.358.964
Obrigações com Empregados (Nota 3n e 10)	8.666.395	5.711.879
Obrigações Tributárias (Nota 11)	1.778.929	1.892.834
Emprestimos e Financiamentos a Pagar (Nota 3o e 13)	2.081.810	962.048
Convênios Ministério da Saúde (Nota 3p e 12)	2.790.263	2.195.509
Outras contas a Pagar (Nota 3q)	1.130.943	270.544
<b>Não Circulante (Nota 3l)</b>	<b>21.878.513</b>	<b>10.044.660</b>
Provisão p/ Contingências (Nota 3r e 15)	5.988.173	2.820.093
Subvenções a Apropriar (Nota 3s e 14)	3.097.737	2.901.024
Subvenções a Liberar (Nota 3s e 14)	4.790.605	-
Emprestimos e Financiamentos (Nota 13)	8.000.000	4.285.714
Outros Convenios	1.998	37.829
<b>Patrimônio Líquido (Nota 3t e 16)</b>	<b>17.838.825</b>	<b>28.230.911</b>
Superávit ou Déficit Acumulado (Nota 3t e 16)	17.838.825	27.352.547
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	878.364
<b>TOTAL</b>	<b>62.714.758</b>	<b>53.667.351</b>

Bezerros, 31 de Dezembro de 2017

  
 José Leônicio de Carvalho Neto  
 Presidente

  
 Ana Rebeca de Moraes Pereira  
 CRC PE nº 020440/O-5


INSTITUTO ALCIDES D' ANDRADE LIMA  
 CNPJ: 10.072.296/0001-00  
 DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
 PERÍODO DE 01 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2017

R\$

CONTAS ESPECIFICAÇÕES	AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	SUPERÁVIT (DÉFICIT) ACUMULADO	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
<b>SALDOS EM 31/DEZ./15</b>	-	28.253.215	28.253.215
Ajuste Avaliação Patrimonial	878.364		878.364
Ajuste de Exercícios Anteriores		(176.654)	(176.654)
Déficit do Exercício		(724.014)	(724.014)
<b>SALDOS EM 31/DEZ./16 (Nota 3t e 16)</b>	878.364	27.352.547	28.230.911
Ajuste Avaliação Patrimonial			
Ajuste de Exercícios Anteriores (Nota 3b)		289.754	289.754
Déficit do Exercício		(10.681.840)	(10.681.840)
<b>SALDOS EM 31/DEZ./17 (Nota 3t e 16)</b>	-	16.960.461	17.838.825

Bezerros, 31 de Dezembro de 2017

  
 José Leônicio de Carvalho Neto  
 Presidente

  
 Ana Rebeca de Moraes Pereira  
 CRC PE nº 020440/O-5

**INSTITUTO ALCIDES D' ANDRADE LIMA**  
**CNPJ: 10.072.296/0001-00**  
**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO**  
**PERÍODO DE 01 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2017**

	2017	2016
<b>RECEITAS OPERACIONAIS</b>	<b>113.169.566</b>	<b>120.357.305</b>
Com Restrição		
Programa (Atividades) de Saúde (Nota 17)	23.854	24.292.880
Subvenções e Doações	99.499	264.483
Inss Cota Patronal (Nota 29B)	11.701.759	11.380.386
Sem Restrição		
Programa (Atividades) de Saúde (Nota 18)	99.495.769	80.370.127
Programa (Atividades) de Educação (Nota 18)	12.720	-
Bolsas de Estudos (Nota 29A)	34.100	-
Receitas Administrativas	1.614.485	3.106.215
Rendimentos Financeiros	187.378	943.215
<b>CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS</b>		
Com Programas (Atividades)		
Saúde (Nota 19)	(57.443.261)	(60.089.925)
Educação (Nota 19)	(311.861)	(398.975)
<b>RESULTADO BRUTO</b>	<b>55.414.444</b>	<b>59.868.405</b>
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>		
Administrativas	<b>(59.260.819)</b>	<b>(52.641.318)</b>
Salários	(14.873.855)	(10.222.471)
Encargos Sociais	(1.425.739)	(5.732.682)
Depreciação e Amortização	(1.689.330)	(1.348.723)
Despesas c/ Serviços de terceiros (Nota 20)	(13.427.753)	(12.668.712)
Alugueis	(985.296)	(1.032.458)
Provisões Trabalhistas e Processuais (Nota 21)	(13.649.346)	(9.588.003)
Despesas Financeiras	(1.473.640)	(667.883)
Bolsas de Estudos (Nota 29A)	(34.100)	-
Inss Cota Patronal - (Nota 29B)	(11.701.759)	(11.380.386)
Outras despesas/receitas Operacionais (Nota 22)	(6.835.466)	(7.951.102)
<b>DÉFICIT DO EXERCÍCIO (Nota 3a)</b>	<b>(10.681.840)</b>	<b>(724.014)</b>

Bezerros, 31 de Dezembro de 2017

  
**José Leônido de Carvalho Neto**  
 Presidente

  
**Ana Rebeca de Morais Pereira**  
 CRC PE nº 020440/O-5

INSTITUTO ALCIDES D' ANDRADE LIMA  
 CNPJ: 10.072.296/0001-00  
 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO  
 PERÍODO DE 01 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2017

	2017	2016
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Superávit (Déficit) do Período	(10.681.840)	(724.014)
Ajustes por:		
Depreciação	2.002.226	1.488.069
Baixa de Bens do Imobilizado	264.257	89.528
Provisão p/ Contingências	3.168.080	682.526
<b>Superávit (Déficit) Ajustado</b>	<b>(5.247.277)</b>	<b>1.536.109</b>
<b>Aumento (diminuição) nos Ativos Circulantes</b>		
Atendimentos Realizados	7.861.005	(5.819.801)
Adiantamentos a Empregados	(104.752)	49.159
Adiantamentos a Fornecedores	(813.441)	104.280
Tributos a Recuperar	67.325	(173.202)
Outros Valores a Receber	373.460	(407.538)
Almoxarifado/Material de Expediente	623.559	(544.049)
<b>Aumento (diminuição) nos Passivos Circulantes</b>		
Fornecedores de bens e Serviços	2.226.261	1.324.958
Obrigações com Empregados	2.992.321	828.350
Obrigações Tributárias	27.460	1.773.227
Recursos de Convênios em Execução	594.753	982.568
Outras Obrigações a Pagar	901.131	(460.408)
<b>Total Aumento (Diminuição) contas do Circulante</b>	<b>14.749.083</b>	<b>(2.342.456)</b>
<b>CAIXA LÍQUIDO APLICADO DAS/NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>9.501.806</b>	<b>(806.346)</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>		
Aquisições de Bens e Direitos do Imobilizado e Intangível	(1.427.042)	(2.010.127)
Aquisição de Direitos de Créditos a Receber	(16.058.322)	(1.801.889)
<b>(=) CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>	<b>(17.485.364)</b>	<b>(3.812.016)</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>		
Recebimentos de Empréstimos	4.834.048	4.943.797
Outras Fontes de Financiamentos	4.951.487	1.567.844
<b>(=) CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>	<b>9.785.535</b>	<b>6.511.642</b>
<b>(DIMINUIÇÃO)AUMENTO LÍQUIDO NO CAIXA E CAIXA EQUIVALENTES</b>	<b>1.801.977</b>	<b>1.893.279</b>
<b>CAIXA E CAIXAS EQUIVALENTES EM 1º DE JANEIRO</b>	<b>7.241.528</b>	<b>5.348.248</b>
<b>CAIXA E CAIXAS EQUIVALENTES EM 31 DE DEZEMBRO</b>	<b>9.043.505</b>	<b>7.241.528</b>

Bezerras, 31 de Dezembro de 2017

  
 José Leônicio de Carvalho Neto  
 Presidente

  
 Ana Rebeca de Moraes Pereira  
 CRC PE nº 020440/O-5

# INSTITUTO ALCIDES D'ANDRADE LIMA

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016.

### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

O INSTITUTO ALCIDES D'ANDRADE LIMA tem por finalidade colaborar com o desenvolvimento dos municípios de Bezerros e Jaboatão dos Guararapes – PE, para melhoria da condição de vida de sua população e de outros municípios, sem distinção de raça, cor, religião, opinião política e condição social, sempre protegendo a família, a maternidade, a infância, a adolescência e a velhice e até onde lhe permitir suas finanças.

O Instituto atua na prática da caridade e beneficência no campo da promoção da saúde e da assistência social da pessoa humana, atuando nas áreas de assistência médico-hospitalar e ambulatorial e de reabilitação física e assistência social, educacional, abrigos para idosos, escolas, bibliotecas, museus, periódicos, centros de capacidade e faculdades.

O Instituto poderá, ainda, criar, onde e como achar conveniente, estabelecimentos, departamentos, ou mesmo, outras entidades com personalidade jurídica própria e com finalidades assistenciais iguais, semelhantes ou não às previstas acima.

O Instituto mantém as seguintes Instituições:

- Na Área de Saúde:  
Hospital Memorial Guararapes;  
Hospital Memorial Jaboatão;  
Hospital Jesus Pequenino;
- Na Área Educacional:  
Centro de Ensino Experimental Escola Técnica do Agreste

### 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

#### A. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

A apresentação das demonstrações contábeis de 31/Dez./2017 e 31/Dez./2016 foram preparadas de acordo com as normas contábeis brasileiras, considerando a atual legislação societária brasileira, as Normas Brasileiras de Contabilidade, emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, os pronunciamentos, as interpretações e as orientações emitidos pelo CPC e homologadas pelos órgãos competentes e estando em conformidade com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Como se trata de uma Entidade sem fins lucrativos, as demonstrações contábeis foram preparadas, principalmente, de acordo com a ITG 2002 – Entidades sem finalidade de lucros, aprovada pela Resolução nº 1.409, de 21 de setembro de 2012, que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registros dos componentes e variações patrimoniais e de estruturação das demonstrações contábeis, e as informações mínimas a serem divulgadas em nota explicativa das entidades sem finalidade de lucros.

Compreende o conjunto dessas demonstrações: o balanço patrimonial, demonstração do déficit do exercício, demonstração das mutações do patrimônio social e demonstração dos fluxos de caixa, apresentadas de forma comparativa. Dos princípios contábeis, foi adotado na elaboração das demonstrações contábeis a que segue:

O Instituto mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico. Os registros contábeis contêm o número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos.

As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, elaboradas por disposições legais e estatutárias, serão transcritas no "Sped Contábil" da Entidade, e posteriormente registrado no Cartório de Registros de Pessoas Jurídicas.

A documentação contábil do Instituto é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apoiam ou compõem a escrituração contábil. A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos "usos e costumes". O Instituto mantém em boa ordem a documentação contábil.

#### B. BASE DE MENSURAÇÃO

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

#### C. MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em reais, que é a moeda funcional do Instituto.

#### D. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

### 3. PRINCIPAIS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS

Dentre os principais procedimentos adotados para a preparação das demonstrações contábeis, ressalta-se:

#### a) APURAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

A apuração é feita segundo o Regime de Competência. As receitas de prestação de serviços são mensuradas pelo valor justo (acordado em contrato - valores recebidos ou a receber) e reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e assim possam ser confiavelmente mensurados, respeitando-se o estabelecido na Resolução CFC 1305/10 (NBC TG 07) no que se refere ao reconhecimento de receitas de assistências governamentais. Os rendimentos e encargos incidentes sobre os Ativos e Passivos e suas realizações estão reconhecidas no resultado.

Em 31 de dezembro de 2017 o IAAL apresentou um déficit de R\$ 10.681.840 enquanto que em 2016 o déficit foi de R\$ 724.014.

b) AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Referente os ajustes de exercícios anteriores com impacto sobre os saldos de ativos e passivos, destacamos que foram realizados no exercício de 2017 lançamentos que tiveram como contrapartida direta a conta de patrimônio social do patrimônio líquido. Esses ajustes referem-se, na sua maioria, a estornos de baixas indevidas de bens do ativo imobilizado, impostos e contribuições a recolher e baixa de saldo de fornecedores de longa data.

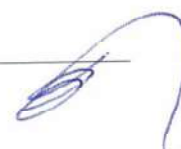
Descrição	Valores
Estorno de Baixa de Bens do Ativo Imobilizado	80.590
Baixa de Fornecedores	36.145
Baixa de Adiantamentos de Clientes Particulares	- 7.021
Baixa Impostos/Contribuições a Recuperar	- 14.499
Reconhecimento de Receitas	29.766
Baixa Impostos/Contribuições a Recolher	141.366
Ajustes Obrigações com Pessoal	37.805
Baixa de Saldo APL Financeira 8490-5 Bradesco	- 14.398
<b>Total</b>	<b>289.754</b>

c) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Conforme determina a Resolução do CFC No. 1.296/10 (NBC –TG 03) – Demonstração do Fluxo de Caixa e Resolução do CFC No. 1.376/11 (NBC TG 26) – Apresentação Demonstrações Contábeis, os valores contabilizados neste grupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como os recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias e que estão sujeitos ao insignificante risco de mudança de valor.

d) APLICAÇÕES FINANCEIRAS – RECURSOS SEM RESTRIÇÃO

Estão demonstradas ao custo de aplicação, acrescido dos rendimentos correspondentes, calculados até a data do balanço.





Aplicações Financeiras - Recursos Sem Restrição	2.017	2.016
APLICACAO BRADESCO 43.894-4	-	16.002
APLICACAO BRADESCO 62.844-1	-	5.463
APL BB AG. 1837-6 CC 95.490-X	-	498.561
POUPANCA CAIXA - 2192 AG C/C 00453003	-	122.241
POUPANCA AG. 2192 CONTA 48.892-8	-	356
POUPANCA BRASIL - 1643-8 AG C/C 14.728	915,61	963
APL BRADESCO FICFI AG 2530 CC 7298 B	14.094,43	-
APL FIC GIRO CEF - AG 2192 C/C 627-6	2,95	-
APL CDB/FLEX CEF AG 2192 C/C 627-6	-	437.916
APL INVEST PLUS BRADESCO C/C 7298-2	-	2.982
APL BR C/C 010.0006.308	-	1.805
APL CEF 1580-1CONVENIO 10/2014 COOP	-	8.131
APL BRADESCO AG 2530 - CC 8490-5 CD	-	17.234
APL CAIXA AG 0045 CC 3364-2	88.597,32	72.057
APL B. BRASIL AG. 1837-6 CC 55.321-2	-	42.245
APL CEF 0045 CC. 3667-6	10,01	626.699
APL INVESTI PLUS BRADESCO C/C 397-2	-	3.437
APL BB C/C 6471-8 RF CP AUTOMATICO	-	6
APL FIC SIGMA C/C 627-6	-	534.882
APL BB 6471-8 RENDA FIXA 500	558,12	795
APL BB 15043-6 RENDA FIXA LP 100	22.762,29	21.690
APL BB - AG 1837-6 CC 7725-9	2.046.252,07	70.417
APL SANTANDER - AG 1036 CC 13.000434-0	329.869,72	1.248.508
APL BB - AG 1837-6 CC 25.490-8	2.132.061,92	6.285
APL SANTANDER - AG 1036 - CC 13.000220	213.534,53	1.389.914
APL CEF-AG 2192 CC 50-2	435,16	-
APL CEF 50-2 FIC PREMIUM RF	161.091,68	-
APL BB AG1837-6 CC 55697-1	156.172,06	-
APL CEF AG 0045 CC 3893-8	44.883,37	-
APLIC. 55.743-0	96.420,99	-
APLIC. 57.510-0	26.547,66	-
3595-5 APL	103.007,55	-
3689-7 APL	51.778,60	-
3572-6 APL	254.071,38	-
APL BB 15043-6 RENDA FIXA LP 500	23.152,71	-
APL CEF 627-6 FIMEGA	1.179.293,72	-
APL AG 1031 CC 30459-3	570.324,00	-
<b>Totais</b>	<b>7.515.838</b>	<b>5.128.589</b>

e) APLICAÇÕES FINANCEIRAS – RECURSOS COM RESTRIÇÃO

Estão demonstradas ao custo de aplicação decorrentes de contratos de Convênios com o Ministério da Saúde, acrescido dos rendimentos correspondentes, calculados até a data do balanço.

Aplicações Financeiras - Recursos Com Restrição	2.017	2.016
APL BB-AG 1837-6 CC 41.229-5	89.923,71	35.920
APL BB-AG 1837-6 CC 46.596-8	1.998,25	1.909
POUPANÇA CEF - AG 0923 CC 14527-0	4,17	10
APL BB AG 1837-6 CC 42.606-7	-	78
APL AG 1031 CC 30459-3	-	547.994
APL BB AG 1837-6 CC 54294-6	336.646,64	337.844
APL BB AG AG 1837-6 CC 55680-7	-	9.325
APL BB AG 1837-6 CC 54145-1	769.673,48	1.091.089
APL CEF AG0045 CC 3596-3 CONVENIO 834	158.062,17	-
APL BB AG. 1837-6 CC 95.490-X	66.389,36	-
APL CEF 1560-1 CONVENIO 10/2014 COOP	10,05	-
<b>Totais</b>	<b>1.422.708</b>	<b>2.024.168</b>

f) ATENDIMENTOS REALIZADOS

Os atendimentos realizados são registrados pelo valor faturado.

g) OUTRAS CONTAS A RECEBER

Os ativos circulantes, quando aplicáveis, estão atualizados e reduzidos, mediante provisão, aos seus valores prováveis de realização.

h) CRÉDITOS A RECEBER DE TERCEIROS

São reconhecidos inicialmente pelo valor original, incorridos até a data do balanço.

i) ESTOQUES

Os estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição, e não superam o valor de mercado. A provisão para desvalorização dos estoques será constituída, quando necessário, com base na análise dos estoques e seu tempo de permanência, a montante de provisão é considerado pela Administração ser suficiente para eventuais perdas.

j) IMOBILIZADO

O imobilizado do IAAL é composto por bens próprios e bens de terceiros os quais são classificados de modo a atender a legislação atual. Os bens próprios referem-se a ativos adquiridos com recursos da própria Instituição. Os bens de terceiros são fruto de aquisição realizada com convênios para os quais possui documentos de cessão de uso. A partir do exercício de 2016 as depreciações estão sendo calculadas por espécie de bens, na sua maioria de acordo com a expectativa de vida útil remanescente revisada, de acordo com os Pronunciamentos Contábeis CPC 27 e ICPC 10.

k) INTANGÍVEL

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo

custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

l) PASSIVO CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, os passivos circulantes e não circulantes são registrados com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. – Provisões – Uma provisão é reconhecida em decorrência de um evento passado que originou um passivo, sendo provável que um recurso econômico possa ser requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas quando julgadas prováveis e com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

m) FORNECEDORES DE BENS E SERVIÇOS

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas no passivo não circulante.

n) OBRIGAÇÕES COM EMPREGADOS

Foram provisionadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados inclusive as provisões de férias e 13º salário e os encargos incidentes respectivamente, até a data do balanço.

o) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A PAGAR

Os empréstimos entre as entidades congêneres são reconhecidos no recebimento dos recursos, conforme a necessidade dos mesmos. Os empréstimos obtidos junto às instituições financeiras estão mensurados pelo valor de custo e ajustados de acordo com cláusulas contratuais da incidência de encargos financeiros.

p) CONVÊNIOS MINISTÉRIO DA SAÚDE

Os recursos recebidos dos convênios cujas condições estabelecidas nos contratos não foram ainda atendidas ou cujas despesas correspondentes ainda não incorreram, são transferidas para outras obrigações no passivo, e o seu reconhecimento na receita no resultado do exercício ocorre na proporção em que as despesas correspondentes incorrem. O reconhecimento na receita quando o recurso do convênio for utilizado para aquisição de ativo imobilizado, ocorrerá de forma linear e sistemática no mesmo valor e no mesmo momento do reconhecimento da despesa de depreciação desse bem no resultado.

q) OUTRAS CONTAS A PAGAR

Os passivos circulantes estão demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis e, quando aplicável, incluem os encargos e as variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço, quando aplicável.

r) PROVISÃO CONTINGÊNCIAS

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: (i) Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa; (ii) passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados; e (iii) Obrigações legais são registradas como exigíveis independentes da avaliação sobre as probabilidades de êxito, de processos em que a Entidade questionou a inconstitucionalidade de tributos. As provisões reconhecidas não possuem garantias vinculadas.

s) SUBVENÇÕES A REALIZAR

Uma subvenção é reconhecida no resultado ao longo do período, registrado como outras receitas quanto à subvenção se torna recebível, confrontada com as despesas que se pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas às condições do CPC 07 - Subvenções e Assistências Governamentais. As subvenções para investimentos estão sendo apropriados no resultado na mesma proporção das despesas com depreciação dos equipamentos vinculados ao investimento realizado.

t) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio social é apresentado em valores atualizados, acrescido do resultado do exercício ocorrido.

4. ATENDIMENTOS REALIZADOS

Origem	2017	2016
CONVENIOS	3.561.340	2.772.848
SUS	14.424.688	23.204.138
CARTOES DE CREDITO	201.181	89.216
<b>Total</b>	<b>18.187.209</b>	<b>26.066.203</b>

5. ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES

Descrição	2017	2016
ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES - HMG	344.547	174.651
ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES - HMJ	331.977	199.703
ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES - HJP	163.238	34.527
ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES - CEEETA	8.645	900
ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES - CDA	522.941	148.125
<b>Total</b>	<b>1.371.347</b>	<b>557.906</b>

## 6. CRÉDITOS A RECEBER DE TERCEIROS

Descrição	2017	2016
Créditos a Receber Instituto Guararapes de Assistência	350.000	350.000
Créditos a Receber Instituto Pernambucano de Assistência a Saúde	5.023.734	3.375.964
Créditos a Receber Humanize	65.055	-
Secretaria Municipal de Saúde - Jaboatão dos Guararapes	9.204.426	-
<b>Total</b>	<b>14.643.215</b>	<b>3.725.964</b>

Em 23/11/2017 foi celebrado um acordo conforme o ofício 790/IAAL/2017 entre o IAAL e a Secretaria Municipal de Saúde do Jaboatão dos Guararapes referente aos recebíveis do HMG no valor de R\$ 6.037.170 e HMJ no valor de R\$ 4.462.609 totalizando o valor de R\$ 10.499.779, deste montante ficou retido como garantia real das execuções judiciais em que o Município litiga com este Instituto o valor de R\$ 4.521.223, restando o saldo de R\$ 5.978.555 a ser pago em 60 parcelas iguais de R\$ 99.642,59 no vigésimo dia de cada mês a partir de dezembro/2017.

## 7. OUTRAS CONTAS A RECEBER

Descrição	2017	2016
SUBVENÇÕES A RECEBER - HMG	4.590.605	-
SUBVENÇÕES A RECEBER - HMJ	200.000	-
APL CEF AG 0045 CC 3688-9	539.110	229.422
<b>Total</b>	<b>5.329.715</b>	<b>229.422</b>

## 8. IMOBILIZADO

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o total de imobilizado, era composto da seguinte forma:

Descrição	Saldo em 31/12/2016	Adições	Baixas	Ajustes Patrimoniais	Transferências	Saldo em 31/12/2017
TERRENOS	470.000	-	-	-	-	470.000
EDIFICAÇÕES	3.506.392	-	-	-	-	3.506.392
INSTALAÇÕES	76.617	5.508	-	-	-	82.125
BENFEITORIAS	-	-	-	-	-	-
EQUIPAMENTOS HOSPITALARES	5.785.322	283.161	(43.789)	80.590	-	6.085.284
INSTRUMENTAL CIRÚRGICO	594.548	22.752	-	-	-	617.300
EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	1.699.536	56.925	(3.448)	-	-	1.752.013
MOVEIS, MAQUINAS E UTENSÍLIOS	3.114.916	40.100	(960)	-	-	3.154.056
VEÍCULOS	851.190	37.000	(176.558)	-	-	711.632
EQUIPAMENTOS ELETRODOMÉSTICOS	675.352	22.354	(8.594)	-	-	689.112
IMOBILIZADOS EM ANDAMENTO	117.652	276.361	(27.279)	-	-	366.734
FERRAMENTAS	7.411	1.000	(3.229)	-	-	5.182
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	170.506	6.679	-	-	-	177.185
CENTRAL TELEFONICA	-	-	-	-	-	-
<b>Total dos Bens</b>	<b>16.982.475</b>	<b>751.820</b>	<b>(264.257)</b>	<b>80.590</b>	-	<b>17.550.628</b>
(-) Depreciação Acumulada	(8.317.697)	(1.636.301)	-	-	-	(9.954.000)
<b>Total do imobilizado sem Restrição</b>	<b>8.664.778</b>	<b>(884.481)</b>	<b>(264.257)</b>	<b>80.590</b>	-	<b>7.596.110</b>

Descrição	Saldo em 31/12/2016	Adições	Baixas	Ajustes Patrimoniais	Transferências	Saldo em 31/12/2017
EQUIPAMENTOS HOSPITALARES	3.320.898	506.709	-	-	-	3.827.607
INSTRUMENTAL CIRÚRGICO	168.850	-	-	-	-	168.850
MOVEIS, MAQUINAS E UTENSÍLIOS	179.184	56.517	-	-	-	235.701
EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	136.804	6.398	-	-	-	143.202
EQUIPAMENTOS ELETRODOMÉSTICOS	97.400	73.845	-	-	-	171.245
<b>Total dos Bens</b>	<b>2.913.127</b>	<b>643.469</b>	-	-	-	<b>3.556.595</b>
(-) Depreciação Acumulada	(354.167)	(351.429)	-	-	-	(705.596)
<b>Total do imobilizado com Restrição</b>	<b>2.558.960</b>	<b>292.040</b>	-	-	-	<b>2.851.000</b>

<b>Total do imobilizado</b>	<b>11.223.737</b>	<b>(592.441)</b>	<b>(264.257)</b>	<b>80.590</b>	-	<b>10.447.129</b>
-----------------------------	-------------------	------------------	------------------	---------------	---	-------------------

No exercício de 2016 a Entidade contratou consultoria especializada na avaliação de ativos imobilizados, sendo emitido laudo de avaliação datado de 30/jun./16, para seu conjunto de bens integrantes do ativo imobilizado, exceto Terrenos e Edificações.

A empresa contratada procedeu ao levantamento físico dos bens, exceto Terrenos e Edificações, efetuou o registro de tombamento dos referidos bens, sua individualização, descrição para implantação do controle físico no sistema de patrimônio. Também foi feita a avaliação de vida útil remanescente para fixação das taxas de depreciação, em conformidade com a NBC TG 1000 de que trata também a ITG 10.

Os bens do ativo imobilizado estão sendo depreciados de acordo com taxas de depreciação fixadas pelo prazo de vida útil remanescente.

#### 9. FORNECEDORES DE BENS E SERVIÇOS

Descrição	2017	2016
Fornecedores de Serviços PF	189.467	151.599
Fornecedores de Serviços PJ	2.649.008	1.959.390
Fornecedores de Materiais	3.710.605	2.247.975
<b>Total</b>	<b>6.549.080</b>	<b>4.358.964</b>

#### 10. OBRIGAÇÕES COM EMPREGADOS

Descrição	2017	2016
Salários a Pagar	3.458.346	792.359
Provisão de Férias	4.821.254	4.507.188
Provisão de Encargos s/ férias e 13º salário	386.795	412.332
<b>Total</b>	<b>8.666.395</b>	<b>5.711.879</b>

#### 11. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

Descrição	2017	2016
Obrigações Tributárias HMG	858.167	891.003
Obrigações Tributárias HMJ	581.192	540.046
Obrigações Tributárias HJP	127.919	271.200
Obrigações Tributárias CEEETA	205.331	185.606
Obrigações Tributárias CDA	6.320	4.980
<b>Total</b>	<b>1.778.929</b>	<b>1.892.834</b>

## 12. CONVÊNIOS MINISTÉRIO DA SAÚDE

Descrição / Unidades	2017	2016
CONVENIO 19451 MS FNS CONTA BB 41.22 - HMG	89.924	-
CONVENIO 2012 - BB-AG 1837-6 CC 46.596 - HMG		-
CONTRATO 0047.074.54 CEF CC 30459-3 - HMG		-
CONVENIO 19051 MINISTERIO DA SAUDE - HMJ	96.329	-
CONVENIO 710426/2006 - CEF 0923 CC 145 - HMJ		-
CONVENIO 757574/2011 BB AG 1837-6 CC 4 - HMJ		-
CONVENIO 765457/2011 BB AG 1837-6 CC 4 - HMJ		-
CONVENIO 744523/2010 BB AG 1837-6 CC 5 - HMJ		-
CONVENIO 753479 - HMG	570.324	547.994
CONVENIO 814882 - HMG	336.647	337.844
CONVENIO 824512 - HMG	-	9.325
CONVENIO 541451 - HMJ	769.673	1.091.089
CONVENIO 42606 - HMJ	-	78
CEF 14527-0 - HMJ	4	10
CONVENIO MINISTERIO DA SAUDE - HJP	209.170	209.170
CONVENIO 826134 - HMG	156.172	-
CONVENIO 834023 - HMG	153.162	-
CONVENIO 836539 - HMJ	51.779	-
CONVENIO 834019 - HMJ	103.008	-
CONVENIO 834022 - HMJ	254.071	-
<b>Total</b>	<b>2.790.263</b>	<b>2.195.509</b>

## 13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A PAGAR

Os saldos de empréstimos e financiamentos junto às instituições financeiras estão demonstrados como segue:

DESCRIÇÃO	TIPO	EM 31/dez./17		EM 31/dez./16	
		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Caixa Economica Federal	Leasing	3.230.353	12.921.414	1.361.362	8.168.170
(-) Juros sobre empréstimos	Leasing	(1.230.353)	(4.921.414)	(647.076)	(3.882.456)
<b>Saldo a pagar</b>		<b>2.000.000</b>	<b>8.000.000</b>	<b>714.286</b>	<b>4.285.714</b>
Outros		81.810	-	247.762	-
<b>Total</b>		<b>2.081.810</b>	<b>-</b>	<b>962.048</b>	<b>4.285.714</b>

O empréstimo está sujeito a juros de 1,65% a.m., com 60 parcelas a pagar e vencimento final para 10/11/2022. Foi oferecido em Garantia: Aplicação financeira vinculada e créditos recebíveis de convênios do SUS.

## 14. SUBVENÇÕES A APROPRIAR E A LIBERAR

Descrição	2017	2016
Subvenções a Apropriar HMG	1.915.975	1.499.569
Subvenções a Apropriar HMJ	1.181.761	1.401.455
<b>Total</b>	<b>3.097.737</b>	<b>2.901.024</b>

Descrição	2017	2016
Subvenções a Liberar HMG	4.590.605	-
Subvenções a Liberar HMJ	200.000	-
<b>Total</b>	<b>4.790.605</b>	<b>-</b>

## 15. PROVISÃO PARA CONTIGÊNCIAS

Unidades	2017	2016
Hospital Memorial Guararapes	4.867.067	2.041.299
Hospital Memorial Jaboatão	1.079.026	778.795
Hospital Jesus Pequenino	42.080	
<b>Total</b>	<b>5.988.173</b>	<b>2.820.093</b>

## 16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio social é composto pelos valores de constituição do Instituto acrescido dos Déficits/Superávits Acumulados e do Déficit do exercício.

CONTAS ESPECIFICAÇÕES	AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	SUPERÁVIT (DÉFICIT) ACUMULADO	R\$ PATRIMÔNIO LÍQUIDO
<b>SALDOS EM 31/DEZ./15</b>	-	<b>28.253.215</b>	<b>28.253.215</b>
Ajuste Avaliação Patrimonial	878.364		878.364
Ajuste de Exercícios Anteriores		(176.654)	(176.654)
Déficit do Exercício		(724.014)	(724.014)
<b>SALDOS EM 31/DEZ./16 (Nota 3t e 16)</b>	<b>878.364</b>	<b>27.352.547</b>	<b>28.230.911</b>
Ajuste Avaliação Patrimonial			
Ajuste de Exercícios Anteriores (Nota 3b)		289.754	289.754
Déficit do Exercício		(10.681.840)	(10.681.840)
<b>SALDOS EM 31/DEZ./17 (Nota 3t e 16)</b>	-	<b>16.960.461</b>	<b>17.838.825</b>

## 17. RECEITAS OPERACIONAIS COM RESTRIÇÃO

Receitas Operacionais com Restrição - Programa (Atividades) de Saúde	2017	2016
SES FIXADO	-	3.164.000
SMS FIXADO	-	21.128.880
FUNDO NACIONAL DE SAÚDE	23.854	-
<b>Total</b>	<b>23.854</b>	<b>24.292.880</b>

## 18. RECEITAS OPERACIONAIS SEM RESTRIÇÃO

Receitas de Serviços Prestados sem Restrição	2017	2016
SUS	86.068.446	69.343.049
ATENDIMENTOS PARTICULARES	13.427.323	10.402.855
EDUCACIONAIS	12.720	624.224
<b>Total</b>	<b>99.508.489</b>	<b>80.370.127</b>

## 19. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS COM PROGRAMAS (ATIVIDADES)

Programa (Atividades) de Saúde	2017	2016
Medicamentos	4.311.684	5.926.885
Nutrição/Alimentar	3.403.083	3.090.115
Materiais Diversos	10.818.391	9.772.909
Salário e encargos produção	38.910.103	41.300.017
<b>Total</b>	<b>57.443.261</b>	<b>60.089.925</b>



Programa (Atividades) de Educação	2017	2016
Despesas Operacionais	2.489	10.911
Salário e encargos produção	309.371	388.064
<b>Total</b>	<b>311.861</b>	<b>398.975</b>

## 20. DESPESAS COM SERVIÇOS DE TERCEIROS

Unidades	2017	2016
Despesas c/ serviços de terceiros - HMG	5.097.089	4.693.402
Despesas c/ serviços de terceiros - HMJ	5.066.575	5.642.127
Despesas c/ serviços de terceiros - HJP	3.102.267	2.245.318
Despesas c/ serviços de terceiros - CEEETA	88.067	87.865
Despesas c/ serviços de terceiros - CDA	73.755	-
<b>Total</b>	<b>13.427.753</b>	<b>12.668.712</b>

## 21. PROVISÕES TRABALHISTAS E PROCESSUAIS

Descrição	2017	2016
Provisão de 13º salário e encargos	4.812.765	3.866.458
Provisão de férias e encargos	5.654.227	5.039.018
Provisão processos judiciais	3.182.353	682.526
<b>Total</b>	<b>13.649.346</b>	<b>9.588.003</b>

## 22. OUTRAS DESPESAS/RECEITAS OPERACIONAIS

Descrição	2017	2016
RECEITAS - DESCONTOS OBTIDOS	228.652	125.694
RECEITAS - CONVÊNIOS C/ FACULDADES PARTICULARES	518.592	1.087.048
RECEITAS - VENDA FOLHA DE PAGAMENTO AO BANCO SANTANDER	500.000	-
RECEITAS - ALUGUEIS	276.380	110.027
RECEITAS - VENDA DE BENS DO ATIVO IMOBILIZADO	42.402	-
RECEITAS - ATUALIZ. PERDCOMP'S PIS S/ FOLHA DE PAGAMENTO	51.352	-
DESPESAS - CUSTAS PROCESSOS JUDICIAIS	- 257.052	- 92.710
DESPESAS - DEVOLUÇÃO AO MINISTERIO DA SAUDE	- 123.090	- 10.032
DESPESAS - ENERGIA ELETRICA	- 2.006.989	- 1.981.135
DESPESAS - AGUA E ESGOTO	- 92.783	- 78.486
DESPESAS - TELEFONE/INTERNET	- 258.633	- 272.632
DESPESAS - PCLD E PERDAS NOS RECEBIMENTOS	- 4.742.459	- 3.751.088
DESPESAS - LICENÇA DE SOFTWARE	- 145.443	- 63.172
DESPESAS - DOAÇÕES EFETUADAS	- 66.269	- 56.228
DESPESAS - IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	- 170.276	- 121.461
DESPESAS - IPTU	- 133.695	- 89.818
DESPESAS - SEGUROS	- 37.027	- 56.393
DESPESAS - VIAGENS E ESTADIAS	- 65.492	- 87.323
DESPESAS - COMBUSTIVEIS	- 76.607	- 157.804
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS	- 277.030	- 2.455.528
<b>Total</b>	<b>- 6.835.466</b>	<b>- 7.951.102</b>

## 23. CUMPRIMENTO DE METAS COM O SUS

Conforme determinação do artigo 18 do Decreto n°. 7.237/10 e artigo 9º Item 1 c. da Portaria do MS 1.970/11, o Instituto cumpriu as metas quantitativas e qualitativas de internação ou de atendimentos ambulatoriais estabelecidas no convênio e/ou contratualização, e estas foram atestadas pelo Gestor Local do SUS.



*[Handwritten signature]*

## 24. COBERTURA DE SEGUROS

O Instituto mantém cobertura de seguro contra sinistro para os bens do Ativo Imobilizado no valor de até R\$ 20.000.000,00.

## 25. CARACTERÍSTICA DA IMUNIDADE

O INSTITUTO ALCIDES D'ANDRADE LIMA é uma entidade filantrópica de direito privado, sem fins não econômicos, com sede e foro no município de Bezerros, que tem como atividade a prestação de serviços na área de saúde e educação, previsto no artigo 9º. do CTN, e por isso imune, no qual usufrui das seguintes características:

- A Instituição é regida pela Constituição Federal;
- A imunidade não pode ser revogada, nem mesmo por emenda constitucional;
- Não há o fato gerador (nascimento da obrigação tributária);
- Não há o direito (Governo) de instituir, nem cobrar tributo.

## 26. REQUISITOS PARA IMUNIDADE TRIBUTÁRIA

A única Lei Complementar que traz requisitos para o gozo da imunidade tributária é o Código Tributário Nacional (CTN). O artigo 14 do Código Tributário Nacional estabelece os requisitos para o gozo da imunidade tributária, esses estão previstos no Estatuto Social da Entidade e seu cumprimento (operacionalização) pode ser comprovado pela sua escrituração contábil (Demonstrações Contábeis, Diário e Razão), no qual transcrevemos:

- Não distribuem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título;
- Aplicam integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais;
- Mantêm a escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão.

## 27. REQUISITOS PARA MANUTENÇÃO DA ISENÇÃO TRIBUTÁRIA

Por atender aos requisitos estabelecidos no artigo 29 da Lei 12.101 de 27/11/2009, alterada pela Lei 12.868/13, regulamentada pelo Decreto 8.242/14 e à portaria 1.970 de 16/08/2011 do Ministro da Saúde, a Instituição encontra-se certificada junto ao CEBAS SAÚDE conforme processo nº 71010.003585/2006-42 fazendo jus ao direito de usufruir da isenção do pagamento da Cota Patronal das Contribuições Sociais e isenção da COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) que também é uma contribuição social, de natureza tributária, incidente sobre a receita bruta das empresas em geral, destinada a financiar a seguridade social.

Para usufruir da Isenção Tributária determinada pelo artigo 29 da Lei nº. 12.101/09 cumpre os seguintes requisitos:

### ESTATUTÁRIOS

- Não percebe a seus diretores, conselheiros, sócios, instituidores ou benfeitores, remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos;

- Aplica suas rendas, seus recursos e eventual superávit integralmente no território nacional, na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais;
- Não distribui resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, sob qualquer forma ou pretexto;
- Atende o princípio da universalidade do atendimento, onde não direciona suas atividades exclusivamente para seus associados (as);
- Tem previsão nos seus atos constitutivos, em caso de dissolução ou extinção, a destinação do eventual patrimônio remanescente a entidade sem fins lucrativos congêneres ou a entidades públicas;

## 28. OPERACIONAIS E CONTÁBEIS

- Possui certidão negativa de débitos relativos aos Tributos federais e a dívida ativa da união aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil;
- O certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS encontra-se em situação regular;
- Mantém sua escrituração contábil regular que registre as receitas e despesas, bem como a aplicação em gratuidade de forma segregada, em consonância com as normas emanadas do Conselho Federal de Contabilidade;
- Conserva em boa ordem, pelo prazo de 10 (dez) anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovem a origem e a aplicação de seus recursos e os relativos a atos ou operações realizados que impliquem modificação da situação patrimonial;
- Cumpre as obrigações acessórias estabelecidas na legislação tributária;
- Elabora as demonstrações contábeis devidamente auditadas por auditor independente legalmente habilitado nos Conselhos Regionais de Contabilidade.

Em 02 de Setembro de 2015, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) publicou a revisão da Interpretação Técnica Geral (ITG) 2002 – Entidade sem finalidade de lucros, norma que regulamenta a contabilidade das entidades do Terceiro Setor.

Dentre as alterações realizadas na ITG 2002 faz referência que os tributos objeto de renúncia fiscal não precisam ser registrados como se fossem devidos, bastando relacioná-los nas notas explicativas. Em face de Entidade ter como área de atuação preponderante a da Saúde, tem obrigatoriedade de cumprir o estabelecido na portaria 1970 de 16/08/2011, a qual dispõe sobre o processo de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social na área da Saúde (CEBAS-SAÚDE) e traz em seu artigo 30 que na análise das demonstrações contábeis serão observadas prioritariamente: - Demonstração do Resultado (DRE) o valor do benefício fiscal usufruído (inciso II alínea “d”) e em Notas Explicativas o valor dos benefícios fiscais usufruídos (inciso III alínea “C”). Para cumprir o estabelecido em portaria, a Entidade continua reconhecendo na DRE os valores usufruídos.

## 29. ATENDIMENTOS, ISENÇÕES E GRATUIDADES.

Em atendimento a legislação vigente Lei sob nº 12.101/09, alterada pela Lei 12.868/13 e regulamentada pelo decreto nº 8.242/13 a entidade apurou o percentual de atendimento SUS de 76,10%. O percentual foi obtido utilizando a Metodologia de Cálculo do Somatório de Serviços assim prestados na aérea de Saúde e de verificação do percentual de Serviços Prestados ao SUS.

## A. DEMONSTRATIVO DE ATENDIMENTOS

ORIGEM	INTERNAÇÃO 2017		AMBULATÓRIO 2017		TOTAL 2016	
	QUANTIDADE	%	QUANTIDADE	%	QUANTIDADE	%
SUS	93.038	91,88%	126.588	67,57%	152.443	96%
OUTROS ATENDIMENTOS	8.223	8,12%	60.751	32,43%	5.652	4%
<b>TOTAL</b>	<b>101.261</b>	<b>100%</b>	<b>187.339</b>	<b>100%</b>	<b>158.095</b>	<b>100%</b>

## VAGAS OFERTADAS - CEEETA

2017	Q. Alunos	R\$ Curso	Rec. Bruta	Bolsistas 100%	Bolsistas 50%	Total Bolsistas	Pagantes
ADMINISTRAÇÃO	13	800,00	10.400,00	10.400,00	-	10.400,00	-
EDIFICAÇÕES	10	1.050,00	10.500,00	10.500,00	-	10.500,00	-
GASTRONOMIA	26	480,00	12.480,00	4.320,00	1.680,00	6.000,00	6.480,00
ELETRICISTA	19	240,00	4.560,00	720,00	1.920,00	2.640,00	1.920,00
CUIDADOR IDOSOS	22	240,00	5.280,00	4.560,00	-	4.560,00	720,00
<b>TOTAIS</b>	<b>90</b>	<b>2.810,00</b>	<b>43.220,00</b>	<b>30.500,00</b>	<b>3.600,00</b>	<b>34.100,00</b>	<b>9.120,00</b>

## B. ISENÇÕES USUFRUÍDAS

Origem	Base de Cálculo	Isenção (Cota Patronal/RAT/SAT/Terceiros) *	Período
INSS Cota Patronal	42.092.659		11.701.759 2017
	40.936.641		11.380.386 2016

Origem	Base de Cálculo	Isenção	Período
COFINS s/ Receitas	99.584.641		2.987.539 2017
	107.769.222		3.233.077 2016

Origem	Base de Cálculo	Isenção	Período
PIS s/ Folha de Pagamento	56.500.327		565.003 2017
	39.741.699		397.417 2016

\* CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS USUFRUÍDAS:

- 20% sobre folha de salários e serviços de autônomos e individuais
- RAT/SAT (2%)
- TERCEIROS (5,8% - Saúde) e (4,50% Educação e Social)
- COFINS (3%)
- PIS (1%)

  
José Leônico de Carvalho Neto  
Presidente

  
Ana Rebeca de Moraes Pereira  
Contadora – CRC PE 020440/O-5